

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 24

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - SAÚDE E BEM ESTAR
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Adesão ocorre até 30 de agosto 3

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - AGRONEGÓCIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para DITR vai até setembro - CURTAS 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juro menor para aposentados 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado do INSS caem para 1,91% ao mês após redução da Selic 6

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Conselho reduz os juros do consignado 7

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Teto do consignado do INSS passará de 1,97% para 1,91% ao mês 8

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Revisão da vida toda pode ficar parada na Justiça 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Correção compensa em alguns casos 11

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO
SEGURIDADE SOCIAL

Saiba como usar o aplicativo Meu INSS 12

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

SEGURADOS SÓ PODEM COMPROMETER 45% DO BENEFÍCIO 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Arcabouço indefinido faz governo criar várias versões de Orçamento 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Marco fiscal em banho maria 16

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Haddad enfrenta resistência na Câmara à agenda de medidas para colocar o arcabouço fiscal de pé 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

IR em fundo familiar põe previdência no radar 19

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Governo avalia reajuste de 4% no Bolsa Família em 2024 20

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária pode mudar imposto sobre heranças 21

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Haddad defende taxaço de fundos offshore 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Digitalização vai facilitar novo imposto, defende TCU 23

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - O TEMPO SPORTS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Apostas esportivas vão ter regras no país 24

O LIBERAL - BELÉM - PA - ANANINDEUA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Gasolina e diesel sobem 16% e 28% respectivamente na Petrobras 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Controle de preços é "um grave erro", diz Castelo Branco 27

O GLOBO - RJ - APRESENTADO POR BANCO MASTER
ECONOMIA

Ativos brasileiros sofrem com alta dos juros longos nos EUA 28

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Meta para corte da Selic é elevada 29

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Ibovespa registra a 13º queda consecutiva 30

JORNAL SUPER NOTÍCIA - BELO HORIZONTE - MG - GERAL
ECONOMIA

Pobres levariam 180 anos pra ser classe média 32

CORREIO DE SERGIPE - ARACAJU - SE - GERAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sefaz realiza operação de combate à sonegação fiscal 33

Adesão ocorre até 30 de agosto

Uma instrução normativa da **Receita Federal**, publicada no Diário Oficial da União, inclui débitos tributários vencidos até o dia 30 de maio no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert-Saúde).

A medida vale para santas casas, hospitais e entidades beneficentes da área da saúde. A norma renova o prazo para adesão ao Pert-Saúde até o dia 30 de agosto, para que as instituições possam liquidar débitos de natureza tributária de forma parcelada, em até 60 prestações, para débitos previdenciários, e 120, para débitos de outros tipos de tributo. O último prazo acabou em agosto de 2022.

A medida possibilita o parcelamento, inclusive, de débitos anteriores rescindidos, em discussão administrativa, ou judicial e também provenientes de lançamento de ofício.

Com a abertura de um novo prazo, os hospitais e instituições beneficentes também poderão migrar os débitos de outros programas de regularização tributária para o Pert- Saúde. Para aderir ao programa, a instituição precisa protocolar requerimento no site no Portal do Centro Virtual de Atendimento (Portal e-CAC) da **Receita Federal**.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

Prazo para DITR vai até setembro - CURTAS

A **Receita Federal** informa que o prazo de entrega da Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) - exercício 2023 - vai até 29 de setembro. A DITR pode ser encaminhada por meio do programa gerador disponibilizado no site da Receita ou transmitida pelo programa Receitanet. Podem declarar o ITR pessoas físicas ou jurídicas, proprietárias, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, inclusive usufrutuários, de imóvel rural. O produtor que tiver o imóvel cadastrado no Cadastro Ambiental Rural (CAR) deve informar na DITR 2023 o respectivo número do recibo de inscrição.

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Juro menor para aposentados

Fernanda Strickland

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem a redução na taxa máxima dos juros dos empréstimos consignados a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O teto caiu de 1,97% para 1,91% ao mês. Já o limite de juros para a modalidade de cartão de crédito passará de 2,89% para 2,83%.

A redução, que valerá para as futuras operações, foi contestada pela Febraban, entidade que reúne os grandes bancos nacionais, para a qual a medida pode comprometer a concessão de novos créditos, prejudicando a parcela da população de menor renda.

Segundo os dados mais recentes do **INSS**, dos pouco mais de 19 milhões de aposentados e pensionistas do instituto, quase 17 milhões têm contratos de crédito consignado. A decisão foi tomada duas semanas após o Banco Central (BC) ter reduzido a taxa básica de juros da economia, a Selic, de 13,75% para 13,25% ao ano.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, informou que propôs a redução do teto ao conselho de comum acordo com o Ministério da Fazenda, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

"A medida vai ao encontro da redução da taxa básica dos juros, feita recentemente pelo Banco Central, e teve 13 votos favoráveis e apenas um contrário", comentou Lupi, em rede social. O voto contrário foi do representante da Febraban.

Lupi afirmou ainda, que, se o Comitê de Política Monetária (Copom) continuar reduzindo a Selic, o conselho pode promover novos cortes no teto do consignado.

Custos

Segundo a Febraban, o novo teto para os juros do crédito consignado de aposentados e pensionistas fica abaixo dos custos que parte dos bancos tem para oferecer esse tipo de crédito. Em nota, a entidade afirmou que não houve diálogo sobre a proposta de redução do teto, que foi apresentada aos bancos um dia antes da reunião do CNPS.

"Caberá a cada instituição financeira, diante de sua estratégia de negócio, avaliar a conveniência de concessão do consignado para os beneficiários do

INSS no novo teto de juros fixado pelo Conselho de **Previdência**", diz a nota.

Em março, o CNPS baixou o teto da modalidade de 2,14% ao mês para 1,70%, e os bancos interromperam as concessões sob o argumento de que a taxa as tornava inviáveis. À época, a Caixa e o Banco do Brasil, controlados pelo governo e que são grandes players nessa linha de crédito, também interromperam as concessões pelos mesmos motivos.

A retomada veio semanas depois, quando o teto foi aumentado para 1,97% ao mês.

Para Túlio Matos, sócio fundador da iCred, a medida já era esperada. "O CNPS entendeu que a queda da taxa básica de juros da economia abriu espaço no spread - diferença entre o custo de captação e de aplicação de recursos - que os bancos praticam, de modo que essas instituições podem agora reduzir também as taxas cobradas no crédito consignado, preservando a mesma rentabilidade", explicou .

Matos pontuou, porém, que, "do ponto de vista econômico, talvez fosse mais prudente aguardar a próxima reunião do Copom - que será em 20 de setembro -, para ter um cenário com melhor visibilidade em termos de juros reais no país". "Apesar de o ministro informar que combinou a redução com a Fazenda, o BB e a CEF, o maior volume concedido ainda é das instituições privadas, que podem ter seus resultados comprometidos se a curva de juros não ceder como esperado", disse.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/18/all.pdf>

Juros do consignado do INSS caem para 1,91% ao mês após redução da Selic

Cristiane Gercina

O CNPS (Conselho Nacional de **Previdência Social**) aprovou nova queda nos juros do empréstimo consignado do **INSS**, de 1,97% 30 mês para 1,91%, em reunião extraordinária nesta quinta (17). É a terceira vez no ano que a taxa máxima cobrada de aposentados e pensionistas na modalidade tem alteração.

A redução foi aprovada por 14 a 1 e seguiu estudos técnicos do Ministério da **Previdência Social**. O novo patamar valerá para o empréstimo pessoal consignado. No cartão de crédito e no cartão de benefício, também houve redução, de 2,89% para 2,83%.

A medida ocorre poucas semanas depois de o Banco Central ter reduzido a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 13,25% ao ano.

Para a Febraban (Federação Brasileira de Bancos), que votou contra a redução na taxa do consignado, a medida gera "distorções relevantes nos preços de produtos financeiros" e "tende a restringir a oferta de crédito mais barato".

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, chegou a afirmar, um dia depois da queda da Selic, que iria propor redução das taxas do **INSS**. "Essa questão das taxas de juros se será discutida dentro do Conselho, proximamente. Vamos aguardar um pouco o comportamento do mercado. Acho que essa questão do consignado continua muito grave", disse ao jornal O Globo.

O consignado é um empréstimo que tem desconto direto na aposentadoria ou pensão. Os juros são limitados pela Previdência, o que significa que o banco pode cobrar menos, não mais.

Segundo o ministério, as mudanças seguiram o padrão de queda de 0,6%, conforme estudos técnicos da pasta e consultas ao grupo de trabalho temático, demais ministérios e bancos públicos.

Em junho, havia 60,7 milhões de contratos de consignado ativos, conforme dados da Previdência. O órgão afirma que o volume de contratação subiu nos últimos meses quando comparado com o mesmo

período de 2022.

Site:

https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50372&maxTouch=0&_ga=2.205353872.1292348919.1691981140-76351916.1685089354&anchor=6481752&pd=4d00173d7d33c4e647f570cc5c1a3ce2

Conselho reduz os juros do consignado

Brasília - O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou queda nos juros do empréstimo consignado do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) de 1,97% ao mês para 1,91% em reunião ontem. Essa é a terceira vez no ano que a taxa máxima cobrada de aposentados e pensionistas na modalidade tem alteração.

A redução foi aprovada por 13 votos a 1. O novo patamar valerá para o empréstimo pessoal consignado. No cartão de crédito e no cartão de benefício, também houve redução, de 2,89% para 2,83%. A medida ocorre poucas semanas depois de o Banco Central ter reduzido a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 13,25% ao ano.

O ministro da Previdência, Carlos Lupi, chegou a afirmar, um dia depois da queda da Selic, que iria propor redução das taxas do **INSS**. "Essa questão das taxas de juros será discutida dentro do Conselho, proximamente. Vamos aguardar um pouco o comportamento do mercado. Acho que essa questão do consignado continua muito grave", disse ao jornal O Globo.

O consignado é um empréstimo que tem desconto direto na aposentadoria ou pensão. Os juros são limitados pela Previdência, o que significa que o banco pode cobrar menos, não mais.

A nova taxa passa a ter validade após publicação no Diário Oficial da União. As instituições de crédito, porém, podem reduzir os juros cobrados a qualquer momento. Quem hoje pratica os juros máximos, de 1,97% ao mês, terá de baixá-los quando o documento oficial for divulgado, ou deixa de oferecer a modalidade.

A queda de juros em março deste ano levou os maiores bancos do país a deixarem de oferecer o consignado, em uma queda de braço com o ministro da Previdência. A redução das taxas para 1,70% e 2,62%, na ocasião, havia sido aprovada pelo CNPS após sugestão do ministério. O patamar foi considerado baixo pelos bancos. O empréstimo só voltou a ser oferecido após o presidente Lula (PT) interceder por uma elevação. As taxas então subiram para o patamar atual, de 1,97% e 2,89%. Na ocasião, aposentados defendiam taxa de 1,90%.

Tonia Galetti, advogada do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (Sindnapi), que representa os segurados do **INSS** no conselho de

Previdência, afirma **temer** que haja uma diminuição na oferta do crédito após a queda. "Eu acredito que haverá mais diminuição de oferta e isso é ruim para o aposentado porque, infelizmente, o custo do dinheiro ainda está muito alto", diz ela.

Os juros do consignado chegaram a 1,80% ao mês em 2020, no auge da pandemia de coronavírus. A taxa vigorou até dezembro de 2021, quando, a pedido dos bancos, subiu para 2,14% ao mês, no empréstimo pessoal, e 3,06%, no cartão. (Cristiane Gercina/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Teto do consignado do INSS passará de 1,97% para 1,91% ao mês

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS) aprovou ontem uma redução no teto de juros que pode ser cobrado pelos bancos no empréstimo consignado a beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

O teto passará de 1,97% ao mês para 1,91% no caso dos empréstimos feitos com desconto em folha. No caso das contratações feitas através de cartão de crédito consignado, o teto passará de 2,89% ao mês para 2,83%.

A proposta foi feita pelo Ministério da **Previdência Social** e aprovada por 14 votos a favor e um contra, dado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), que reúne, entre outros, a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

É a segunda redução aprovada neste ano que entrará em vigor.

No início do governo, o teto de juros era de 2,14% ao mês para os empréstimos com desconto em folha e de 3,06% na modalidade cartão de crédito. Caiu para 1,70% e 2,62%, respectivamente, mas a redução foi suspensa e nem chegou a entrar em vigor, diante da alegação dos bancos de que era uma taxa impraticável.

Após a confusão, no fim de março, o conselho voltou a se reunir e fixou o teto em 1,97% e 2,89%, respectivamente.

O novo teto aprovado ontem precisará ser publicado no "Diário Oficial da União" para entrar em vigor. Depois, o **INSS** publicará normativo interno adotando as medidas necessárias para a operacionalização.

A justificativa para a redução foi o corte na taxa Selic. "Nós baixamos [o teto do consignado] na proporção que foi baixada a taxa de juros de 13,75% para 13,25%.

O teto em 1,91% é proporcionalmente àquele meio ponto percentual que diminuiu na taxa geral de juros", afirmou o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, ao fim da reunião, em entrevista ao Valor e à "TV Globo".

Segundo o ministro, o novo teto foi acordado com o Ministério da Fazenda, com o Banco Central, com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Ele contemporizou o voto contrário dado pelo representante dos bancos privados. "O acordo que eu tenho que fazer são com os bancos públicos." Lupi também disse que o acordo é fazer novas reduções no teto de juros do **INSS** tão logo o Copom promova novos cortes na Selic. "Também nos comprometemos, foi deliberado no conselho, que toda e qualquer diminuição de taxa dos juros do BC seja refletida na mesma proporção nos juros do consignado", disse. "Com isso, nós estamos levando benefício a uma grande parcela da população, são mais de 12 milhões de brasileiros que têm consignado de algum banco", completou.

Novas reduções terão de ser propostas e aprovadas pelo CNPS, que se reúne mensalmente e em situações extraordinárias. A reunião de ontem foi extraordinária.

Durante a reunião, Lupi lembrou que a Caixa e o Banco do Brasil praticam taxas ainda mais baixas que as aprovadas. O CNPS é responsável por estabelecer o teto. Os bancos podem oferecer taxas menores, se quiserem.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187635>

Revisão da vida toda pode ficar parada na Justiça

São Paulo - A revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pode demorar até três meses para voltar a ser julgada no Supremo Tribunal Federal (STF) após o ministro Cristiano Zanin, que assumiu cadeira na Corte em 3 de agosto, pedir vista do processo para analisar melhor o tema.

Na revisão da vida toda, aposentados pedem para incluir no cálculo de seu benefício valores pagos em outras moedas, e não só em reais, o que pode aumentar a renda previdenciária. A correção foi aprovada no STF em dezembro do ano passado, por 6 votos a 5.

Segundo regra aprovada em dezembro de 2022 no Supremo, o ministro tem até 90 dias para apresentar seu voto sobre os embargos de declaração do **INSS**. Os embargos são uma espécie de recurso em que uma das partes pede para que sejam feitos esclarecimentos a respeito do que foi decidido.

Caso Zanin não devolva o processo no prazo, a regra diz que o tema deve ser pautado automaticamente. Com isso, o julgamento volta a ser feito no plenário virtual, onde estava sendo realizado até o pedido de vista feito na última terça-feira (15).

A previsão inicial de conclusão deste novo julgamento, que havia começado no dia 11 de agosto, data em que se comemora o Dia do Advogado e é feriado no Supremo, era terminar às 23h59 do próximo dia 21. Em geral, julgamentos no plenário virtual duram uma semana.

O advogado Fernando Gonçalves Dias, do Gonçalves Dias Sociedade de Advogados, classifica como "indispensável" o pedido de vista de Zanin, já que ele é recém-empossado e não conhece o processo. "O pedido de vista é coerente. O ministro acabou de chegar na suprema corte. Não conhece o processo e não se pode presumir que ele conhecia ou que esse conhecimento era necessário para proferir o seu voto. Há de se conhecer o processo e o que está posto dentro dos autos. Então o pedido de vista é de todo coerente e indispensável para que ele vote de acordo com sua consciência e com aquilo que ele entender do processo e da decisão já proferida em dezembro de 2022", argumenta.

A advogada Gisele Kravchychyn, diretora de atuação

judicial do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) e advogada defensora da tese que chegou ao Supremo, diz que o adiamento traz uma certa frustração aos aposentados, que esperam há alguns anos pela conclusão, mas afirma ser um direito do ministro fazer esse pedido. "Foi um pedido precoce de vista, mas que está dentro do direito dele. E não houve um prolongar da matéria", ressalta.

A advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP, diz que após a devolução do voto de Zanin, qualquer outro ministro pode pedir vista, fazendo com que haja nova paralisação. No entanto, todos que ali estão já conhecem a tese e não seria necessário essa solicitação. No entanto, o pedido é um direito dos ministros para analisar melhor o tema antes de dar o seu voto.

Destaque - Após a retomada do julgamento, os ministros podem, além de pedir vista, fazer uma solicitação de destaque para levar a discussão ao plenário físico do Supremo. Essa foi a manobra utilizada pelo ministro Kássio Nunes Marques no ano passado, após a revisão já ter 6 votos a 5 no plenário, para fazer o julgamento recomeçar do zero.

Nunes Marques apresentou pedido de destaque poucos minutos antes do fim do prazo no plenário virtual, mesmo já tendo dado seu voto - contrário à revisão - e já ter sido registrado o posicionamento de todos os outros.

O processo pode ser retomado antes dos 90 dias e o julgamento recomeçar. É preciso, neste caso, aguardar o tema ser pautado novamente. Os ministros depositam seus votos e, ao final de uma semana, o caso chega ao final. No entanto, é necessário ainda que seja publicada a decisão final tomada.

Após o julgamento ser concluído e o acórdão, publicado, tanto o **INSS** quanto a defesa do aposentado poderão apresentar novos embargos de declaração para esclarecer qualquer decisão que tenha ficado obscura.

Caso o embargo não atenda a essas regras e tenha intenção apenas de fazer com que o pagamento da revisão se estenda ainda mais, ele pode ser negado de forma monocrática - por um único ministro. (Cristiane Gercina/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Correção compensa em alguns casos

São Paulo - Tem direito à revisão da vida toda do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) o segurado que se aposentou nos últimos dez anos, desde que seja com as regras anteriores à reforma da Previdência, instituída pela emenda 103, em 13 de novembro de 2019. É preciso, ainda, que o benefício tenha sido concedido com base nas regras da Lei 9.876, de 1999. A correção, no entanto, é limitada e compensa apenas para quem tinha altos salários antes do início do Plano Real. Trabalhadores que ganhavam menos não terão vantagem.

No acórdão, que foi publicado em abril, foi confirmada a tese definida pelos ministros que diz que "o segurado que implementou as condições para o benefício previdenciário após a vigência da Lei 9.876, de 26.11.1999, e antes da vigência das novas regras constitucionais, introduzidas pela EC 103/2019, tem o direito de optar pela regra definitiva, caso esta lhe seja mais favorável".

Os processos que tratam da revisão da vida toda estão parados no Judiciário de todo o País desde o final de julho, após decisão do ministro Alexandre de Moraes, que acolheu parte do pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) nos embargos de declaração. O ministro determinou a suspensão até que o novo julgamento seja concluído. O **INSS** tenta limitar o alcance da decisão.

Moraes, relator do caso, apresentou seu voto e limitou a aplicação da revisão. Para o ministro, devem ser excluídos da revisão benefícios extintos e aqueles que já transitaram em julgado. Além disso, a data que marca a correção é 1º de dezembro de 2022.

Ele negou, no entanto, a inclusão do divisor mínimo no cálculo e o pedido do **INSS** para que a data de referência fosse 13 de abril, quando houve a publicação do acórdão, e reafirmou ser de até dez anos o prazo para pedir a correção. (Cristiane Gercina/Folhapress)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Saiba como usar o aplicativo Meu INSS

Pryscila Soares

Criado em 2016, o aplicativo Meu **INSS** permite que os segurados solicitem requerimentos pela plataforma ou pelo site, de forma remota. Existem mais de 100 serviços disponíveis. Ao realizar uma solicitação, o sistema pode atender ao prazo de 90 dias para conceder o benefício automaticamente ou negar o pedido, caso seja detectada alguma pendência no requerimento.

Para utilizar, basta baixar o APP gratuitamente nas lojas de aplicativos dos smartphones. Neste momento, o usuário precisa se certificar de que está baixando o aplicativo oficial do órgão, digitando corretamente o nome. "Agora esse processo está mais robusto. Os robôs estão conseguindo cada vez mais dar conta de mais processos. Hoje o usuário pode fazer sem um intermediário pelos canais 135 (telefone), o aplicativo Meu **INSS**, tanto pelo APP quanto pelo site, o meu.inss.gov.br, e, também, pode ir diretamente nas agências da **Previdência Social**. Normalmente, o atendimento na agência é mais ágil quando a pessoa faz o agendamento pelo 135", explica o advogado especialista em direito previdenciário, Paulo André Nassar.

Os sistemas automatizados, que correspondem ao APP e ao site, têm o intuito de agilizar o atendimento do usuário, que pode realizar o pedido de qualquer benefício pela internet. Contudo, de acordo com o advogado, nos últimos anos, o **INSS** não estava conseguindo reduzir a fila de espera dos usuários.

Foi por esse motivo que, em julho deste ano, o governo federal criou o Programa de Enfrentamento à Fila da **Previdência Social** (PEFPS), cujo objetivo é permitir que os funcionários do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) trabalhem em horas extras para reduzir o tempo de análise de processos administrativos, dar cumprimento a decisões judiciais e realizar perícia médica de beneficiários.

"Tem casos no escritório em que o cliente estava há dois anos com seu processo em análise no órgão. Esperamos que a nova automatização, com a promessa do governo de zerar fila de requerimentos do **INSS**, resolva. O **INSS** não vinha dando conta de apreciar neste prazo de 90 dias", pontua.

MEU **INSS**-COMO USAR

O primeiro passo para dar entrada em um pedido pelo

APP é baixar o Meu **INSS**. Feito isso, o sistema vai solicitar o login utilizando a senha do gov.br. Ao entrar no aplicativo, clique em "novo pedido". O sistema vai listar várias opções de benefícios que podem ser solicitados. A pessoa pode, por exemplo, buscar por aposentadoria. A guia vai pedir para confirmar dados de contato como telefone, endereço e e-mail. Depois, é preciso responder se já trabalhou no exterior.

Feito isso, o sistema vai solicitar que o beneficiário anexe documentos que comprovem dados e tempo de serviço, como documento de identidade, carteira de trabalho, comprovante de exercício de serviço militar e a Guia da **Previdência Social** (GPS), um documento que trabalhadores autônomos utilizam para pagar as contribuições sociais.

Depois de anexar todos os documentos, clique em avançar. O sistema irá gerar um número de protocolo que o beneficiário deverá guardar para acompanhar o andamento da solicitação. Na opção "meus pedidos" é possível verificar periodicamente se o pedido já foi apreciado pelo órgão. Caso o **INSS** detecte alguma pendência, o sistema vai informar qual documento o usuário precisa apresentar para realizar o pedido.

SEGURADOS SÓ PODEM COMPROMETER 45% DO BENEFÍCIO

O consignado é um crédito controlado pela Previdência.

Pelas regras atuais, o segurado do **INSS** pode comprometer até 45% do benefício com o crédito consignado. Desse total, 35% são para o empréstimo pessoal, 5% para o cartão de crédito e 5% para o cartão de benefício, criado em 2022.

O empréstimo pode ser pago em até 84 meses (sete anos). Os juros são limitados, o que significa que a instituição financeira pode cobrar menos, mas não mais do que essa taxa.

Estudo da Força Sindical apresentado neste ano mostrou que, mesmo sendo a modalidade com a menor taxa de juros do país, o consignado tem percentual elevado.

No ano, chegava a 29,93% até março, no caso do empréstimo, e 43,58%, no do cartão de crédito.

BB E CAIXA O Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal haviam reduzido a taxa de juros do consignado do **INSS** logo depois da queda da Selic. Os juros dessa modalidade de crédito no Banco do Brasil caíram de 1,81% para 1,77% ao mês, na faixa mínima, e de 1,95% ao mês para 1,89% ao mês no patamar máximo.

Na Caixa, as taxas do consignado de beneficiários do **INSS** caíram de 1,74% para 1,70%.

Nesta quinta, o C6 Bank afirmou que vai reduzir as taxas "para se adequar ao novo teto". O banco Mercantil aguarda a publicação da instrução normativa para avaliar mudanças na taxa praticada atualmente.

O Banrisul disse que já baixou os juros, no início de agosto, para 1,70%, pois analisa constantemente "não apenas a taxa Selic atual, como também a estrutura de taxas futuras, bem como as condições do mercado".

O Santander informou que está realizando estudos financeiros para aplicação das novas diretrizes.

O Itaú disse estar acompanhando o tema e aguardará a publicação da instrução normativa "para avaliar as adequações necessárias nas taxas praticadas".

PROJETO APROVADO PELA CÂMARA PREVÊ MULTA

Bancos e instituições financeiras que liberarem crédito consignado sem autorização poderão ser multados em 10% do valor. A medida está no projeto de lei 2.131/07, aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta-feira (9), e inclui empréstimo para **servidores públicos** federais e celetistas. A medida ainda deve ser votada no Senado.

Os 10% de multa a serem aplicados às instituições serão referentes ao valor depositado na conta do beneficiário de maneira automática. O banco não será multado caso prove que houve engano justificável ou que a suposta fraude ocorreu sem a participação dele ou de seus contratados.

Se a instituição financeira não provar que foi erro o que não participou do empréstimo sem consentimento, o dinheiro é revertido para o cliente lesado. O projeto determina como erro justificável a ação da empresa que não decorre de má-fé ou que não foi proposital, conforme entendimento consolidado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) em 2020, em julgamento sobre o artigo 42 do CDC (Código de Defesa do Consumidor).

Site: <https://www.gazetadealagoas.com.br/edicao-digital/Page?editionId=6058>

Arcabouço indefinido faz governo criar várias versões de Orçamento

Diante das incertezas sobre o prazo de votação do projeto de lei que cria o novo arcabouço fiscal, o governo trabalha com diversas versões do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024.

Há dúvidas não só sobre se haverá ou não a regra do arcabouço até o dia 31, prazo final para o envio do orçamento ao Congresso, mas também sobre quais dispositivos estarão na versão final.

Nesse cenário, técnicos elaboram uma proposta de Orçamento "dois em um": leva em conta a regra do arcabouço tal como aprovada no Senado, mas algumas despesas têm marcadores, indicando que serão cortadas caso o arcabouço não seja aprovado. Se a regra do arcabouço não passar, vale a regra do teto de gastos. Será necessário reduzir as despesas em cerca de R\$ 200 bilhões, estimam técnicos, o que seria "catastrófico" na avaliação do governo.

"Não é que a gente está trabalhando com duas versões, estamos trabalhando com umas dez versões. Precisamos ter todos os cenários em mente para, quando o marco for aprovado, o trabalho estar bem encaminhado", disse ao Valor uma fonte que participa da elaboração do Orçamento.

O projeto do arcabouço foi aprovado pela Câmara e alterada em sua passagem pelo Senado. Assim, a Câmara precisa pronunciarse sobre as mudanças introduzidas pelos senadores. Essa votação final tem sido adiada em meio às indefinições em torno da **reforma ministerial** e aos atritos entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Mesmo com a aprovação do arcabouço, a situação do PLOA 2024 não é confortável. Será necessário retomar os gastos mínimos em saúde e educação que são previstos na Constituição, mas estavam suspensos pela regra do teto de gastos. Com isso, reduziu-se o espaço para despesas discricionárias. O Ministério da Fazenda, por exemplo, sofreu corte de R\$ 2,6 bilhões.

Esse é o aperto que se vê num Orçamento elaborado sob as normas do arcabouço aprovadas pelo Senado. O espaço orçamentário para os ministérios pode ficar ainda mais restrito se prevalecer a opinião do relator da proposta na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA). Ele

propõe reverter as alterações feitas pelos senadores que permitiram excluir do limite de despesas as transferências de recursos ao Fundeb e gastos com ciência e tecnologia.

Outra alteração que pode ser feita na Câmara se refere ao período de apuração da **inflação** que corrigirá o limite de despesas do arcabouço. A versão do Senado permite prever despesas R\$ 32 bilhões maiores que as da versão aprovada pela Câmara. O texto vai ao Congresso prevendo déficit zero e, como já disse Haddad, acompanhado de medidas para atingir o objetivo. Estima-se que será necessário elevar a arrecadação em R\$ 130 bilhões.

A equipe econômica acredita que o texto deve ser aprovado já na próxima semana e, assim, daria uma "folga" um pouco maior para a conclusão do trabalho da peça orçamentária. Mas, se nos bastidores do governo há relativa confiança que o arcabouço será aprovado, o mesmo não se pode dizer sobre as medidas destinadas a elevar a arrecadação, fundamentais para zerar o déficit em 2024.

Lira já se posicionou contra a discussão, neste momento, de duas das propostas elaboradas pelo governo: taxaões de fundos offshore e de fundos exclusivos.

Ambas seguem a linha de "colocar o rico no Imposto de Renda". A primeira foi apresentada como medida de compensação à renúncia de receitas decorrente da correção da tabela do Imposto de Renda, de R\$ 2.112 para R\$ 2.640. A segunda deverá ser proposta como um projeto de lei. Ambas seguem a diretriz do governo de "colocar o rico no Imposto de Renda".

A taxaão dos offshores e a correção da tabela do IRPF foram propostas em MP que perde validade no próximo dia 28. Diante desse risco, os artigos foram "transplantados" para a MP do salário mínimo.

No início deste mês, Cajado disse ao Valor que, se o governo tem dúvidas sobre o alcance da meta fiscal zero, não deveria criar novas despesas ou renúncias de receita, como é o caso da correção da tabela.

Nos bastidores do governo, o clima é de inconformismo com a resistência do Congresso, já que a medida é vista como uma forma de tornar o sistema

mais progressivo.

À parte da discussão sobre justiça tributária, a rejeição da taxaão dos fundos offshore deixa as perdas de receita com a correção do limite de isenção do IR sem compensação, o que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). A possibilidade de o aumento do limite de isenção deixar de vigorar não pode ser descartada, admite um técnico. A situação é descrita como "angustiante".

Seria necessário encontrar outra fonte de compensação para os R\$ 6 bilhões anuais de renúncia de receita com a correção do limite de isenção. O "plano B" não está formulado. Como a renúncia ocorre desde 1o de maio, qualquer medida compensatória precisaria produzir arrecadação extra ainda este ano.

O consultor de orçamento da Câmara Ricardo Volpe disse que caso o arcabouço não seja aprovado, o Executivo deve utilizar as balizas estipuladas no projeto de lei de diretrizes orçamentárias (PLDO) em tramitação para nortear a proposta orçamentária para 2024, que será encaminhada até dia 31 de agosto, condicionando um alto montante de despesas. "O governo teria de elaborar o Orçamento com despesas condicionadas em torno de R\$ 200 bilhões à aprovação do arcabouço, já que a regra em vigor ainda é o teto de gastos", destacou. "Não é factível aprovar um Orçamento sem esse espaço principalmente após o aumento do Bolsa Família e o mínimo para investimentos", resumiu.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187635>

Marco fiscal em banho maria

Edla Lula

O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL) transferiu para a próxima segunda-feira a reunião do colégio de líderes que havia agendado para ontem.

A pauta de votações permanece em banho-maria até a definição dos cargos a serem oferecidos ao PP e ao Republicanos na **reforma ministerial** em elaboração pelo presidente Luiz Inácio Lula.

Na gaveta de Lira, repousam diversas matérias importantes para que a equipe econômica possa conduzir a política fiscal do governo.

A principal delas é a do novo marco fiscal. O presidente da Câmara já havia informado que pretende colocar o projeto em votação na terça-feira, mas estabeleceu como condição que houvesse "consenso" entre os líderes partidários.

Na reunião de segunda-feira, os líderes discutirão com técnicos do Ministério da Fazenda os pontos que foram inseridos no texto do arcabouço durante votação no Senado. O principal tema em discussão se refere à emenda que prevê as "despesas condicionadas" - um dispositivo que permitiria ao governo manter no Orçamento de 2024 volumes de recursos que podem chegar a R\$ 40 bilhões. Essas despesas estariam condicionadas ao resultado da **inflação** medida pelo IPCA ao longo do ano.

Arestas

No aguardo da **reforma ministerial**, a votação do marco fiscal foi adiada diversas vezes. A última foi motivada por um comentário do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre a pressão que a Câmara faz sobre o Executivo e o Senado no processo de negociação. Segundo Lira, os líderes não gostaram do que ouviram e preferiram adiar a votação para a semana que vem.

Ontem, Haddad disse que a questão está superada e que acredita que o arcabouço será pautado na próxima semana.

"Não tem arestas (para aparar com Lira), está tudo resolvido.

O presidente Lira é um homem responsável e disse que vai pautar.

Temos um novo marco fiscal elogiado no mundo inteiro, muito negociado. Trabalhamos internamente por três meses com a área econômica; o presidente Lula validou, a Câmara fez várias alterações pactuadas conosco, e vai sair um bom marco fiscal", afirmou.

O ministro também se mostrou preocupado com outras matérias que tramitam na Câmara e que devem, se aprovadas, aumentar a arrecadação do governo. O tema mais delicado está na medida provisória que estabelece a taxa do Imposto de Renda para os investimentos feitos em paraísos fiscais por residentes no Brasil, conhecidos como fundos offshore.

Lira tem se colocado contrário à taxa, por entender que poderá haver fuga de dinheiro do país. Ontem, Haddad pediu "abertura para o diálogo" na discussão dessa e das outras matérias econômicas. Segundo ele, as soluções que o governo tem trazido para elevar receita "estão completamente sintonizadas com a OCDE".

Enquanto o arcabouço fiscal não for votado, o governo não pode enviar para o Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2024, que precisa estar de acordo com os limites a serem **impostos** pelo marco fiscal. O prazo constitucional para o envio do projeto é 31 de agosto.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/08/18/all.pdf>

Haddad enfrenta resistência na Câmara à agenda de medidas para colocar o arcabouço fiscal de pé

Por Manoel Ventura e Victoria Abel - Brasília

Depois de um primeiro semestre de vitórias no Congresso, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enfrenta este mês forte resistência, especialmente na Câmara, à agenda de medidas que vão colocar de pé o novo arcabouço fiscal por meio do aumento de receitas. A própria regra fiscal ainda não foi aprovada por completo - a votação final pelos deputados está prevista para terça-feira que vem.

O clima azedou nesta semana com falas do ministro sobre o poder da Casa, situação considerada já contornada, e o impasse sobre a **reforma ministerial** para levar o Centrão para o governo.

Com o arcabouço ainda pendente, líderes da Câmara e o presidente Arthur Lira (PP-AL) resistem à aprovação da taxaço de fundos offshore (no exterior), que já está em discussão na Casa.

A tendência na Câmara hoje também é de dificuldades com os projetos que vêm pela frente, como a mudança na tributação dos fundos exclusivos (fechados para alta renda) e no Juro sobre Capital Próprio (JCP) e as discussões sobre os descontos nos **impostos** federais dados automaticamente quando os estados reduzem o ICMS sobre o custeio de empresas.

As medidas são fundamentais para zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano, meta estabelecida pelo Ministério da Fazenda e que é vista com ressalvas pelo mercado.

Nos bastidores, Haddad promete insistir em todas essas pautas, assim como persistiu no projeto que devolveu ao governo o voto de minerva nos julgamentos do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, o tribunal da Receita. A proposta sobre o **Carf** foi aprovada na Câmara depois de um acordo do ministro com empresários e está em discussão no Senado, onde pode ser votado ainda neste mês.

O argumento do ministro vai além da arrecadação: ele diz que são medidas de "correção" tributária.

A discussão mais imediata é sobre a tributação dos fundos offshore, que pode render R\$ 4 bilhões por ano. Uma medida provisória (MP) foi editada com essa regra como compensação ao aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda.

Posteriormente, contudo, a pedido do governo, as mudanças no IR e nos fundos offshore foram inseridas também na MP que trata sobre o salário mínimo.

Líderes partidários, porém, argumentam que os fundos offshore devem ser discutidos numa **reforma tributária** sobre a renda. Lira também resiste a apoiar o tema e avalia retirar o assunto da MP do salário mínimo por considerá-lo um "jabuti", um tema estranho ao tópico original da medida.

O time de Haddad, por sua vez, afirma que a taxaço - além de correta no mérito - foi proposta para compensar a isenção do IR e não há plano B.

Na sequência, o governo vai mandar ao Congresso a mudança nos fundos exclusivos (de alta renda), que passarão a ser tributados a cada semestre, e não apenas no resgate. No caso do JCP, a proposta é acabar com o tratamento tributário privilegiado dados às empresas. Temas que os líderes dizem que deveriam ser discutidos numa reforma sobre o IR.

Segundo a Fazenda, seria possível levantar R\$ 15 bilhões com esses projetos, que já foram rejeitados pelo Congresso em governos anteriores.

Ontem, Haddad disse que não há "arestas" a serem aparadas com Lira na negociação para aprovação do arcabouço fiscal:

- Não tem arestas, está tudo resolvido. Isso aí já está contratado (a aprovação do arcabouço). Presidente Lira é um homem responsável, já falou várias vezes que vai pautar.

Também está na fila de Haddad uma proposta para permitir que as empresas se "regularizem" diante de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que impede a dedução de **impostos** federais sobre incentivos do ICMS (tributo estadual). A medida

poderia levantar R\$ 88 bilhões pelas contas da Fazenda. Neste caso, parlamentares já se movimentam para derrubar a medida.

Enquanto Haddad tenta avançar com a pauta tributária, deputados discutem as mudanças feitas pelo Senado no arcabouço fiscal. Líderes dizem que não querem ser taxados de "vilões" e rever ações tomadas pelos senadores.

O Senado tirou o Fundeb (fundo da educação básica), um fundo que abastece o orçamento do Distrito Federal e gastos com ciência e tecnologia do limite de despesa do arcabouço. Também mexeu na regra de cálculo da **inflação**. Isso afrouxa a proposta de regime fiscal aprovada anteriormente pelos deputados.

O maior consenso entre as lideranças é manter o Fundeb fora do limite de gastos.

- Estamos mais perto do texto do Senado. Não dá para voltar atrás de algumas alterações - disse o líder do maior bloco de partidos da Câmara, André Figueiredo (PDT-CE).

Uma emenda do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), mudou o cálculo de reajuste inflacionário do arcabouço e permitiu um espaço a mais de cerca R\$ 40 bilhões em 2024.

- A emenda do Randolfe, acho que devemos manter. Manter o texto da Câmara seria difícil. Tem muito apelo - disse o líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL). (Colaborou Renan Monteiro)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/08/18/haddad-enfrenta-resistencia-na-camara-a-agenda-de-medidas-para-colocar-o-arcabouco-fiscal-de-pe.ghtml>

IR em fundo familiar põe previdência no radar

A possível taxação de fundos fechados ou reservados a poucos cotistas tem potencial de trazer mais recursos para a **previdência complementar**, segundo Ângela Assis, presidente da Brasilprev. Mas esse não deve ser o único destino dos recursos se prosperar a proposta do governo para estender para esses veículos o come-cotas, a antecipação do imposto que já incide em carteiras abertas de renda fixa, multimercados e cambiais.

"Pode ser um mercado interessante e a gente tem que se preparar para isso", disse a executiva, em almoço para marcar os 30 anos da Brasilprev, joint venture da BB Seguros com o grupo americano Principal. "Acho que não pode ser só pelo imposto de renda menor, mas vai ter migração, assim como para investimentos que são isentos, como Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e afins.

Vai trazer oportunidades financeiras para a previdência e para diversas outras modalidades." O fluxo potencial estará condicionado ao texto da legislação, afirmou Mauro Guadagnoli de Sousa, superintendente comercial da companhia, se a cobrança vai incidir sobre a poupança passada ou se vai valer para novos fundos fechados de gestão patrimonial.

"Dependendo da forma, pode ou não ser uma oportunidade para a previdência." Cerca de R\$ 600 bilhões em recursos em fundos usados por grupos familiares para planejamento sucessório e maior eficiência tributária estão na mira do governo para aumentar a arrecadação pública.

Nesses veículos, a mordida do Leão ocorre nas amortizações anuais ou na liquidação das carteiras.

Na estrutura fechada, com regras restritas de movimentação, não há incidência do come-cotas, apenas nas condominiais, com flexibilidade para compra e venda de cotas, conforme o regulamento.

Tributaristas dão como certo um desenho que inclua o imposto sobre o estoque, sem o qual o projeto perderia apelo para equacionar as contas públicas.

A não incidência do come-cotas dos fundos tradicionais na previdência já é um dos grandes diferenciais da categoria, comentou Assis. É o que

potencializa o efeito dos retornos compostos no tempo.

É também a modalidade que no longo prazo tem a menor taxação de IR, com alíquota de 10% após dez anos, para quem opta pela tabela regressiva. Na progressiva, a incidência depende da faixa de renda na hora do resgate.

Esse é um dos temas que está em discussão no Congresso. A demanda do setor é para que a escolha da tributação não tenha que ser feita na contratação do Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL) ou do Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), mas no resgate.

Segundo a executiva, seria uma forma de simplificar o produto e estimular a criação de reservas de longo prazo, até para as faixas de renda mais baixas da população.

"Um dos desafios é fazer com que o plano de previdência possa chegar a tíquetes com menos de R\$ 100 [de contribuição]", disse Assis. "O investimento digital ajuda a indústria a trabalhar com valores menores." Essa é uma questão sensível para o setor por causa dos custos de distribuição.

Corretores de seguros trabalham pouco a oferta de previdência, acabam privilegiando apólices de auto e corporativas, pelo alto comissionamento na frente.

Não pensam na recorrência de receitas. Mas com a entrada dos assessores de investimentos nesse jogo, a percepção é que a modalidade possa deslançar pela via do planejamento financeiro.

Há que se cuidar, porém, de eventuais conflitos de interesse na venda, disse Assis.

"Vai ter migração, assim como para investimentos que são isentos" Ângela Assis

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187635>

Governo avalia reajuste de 4% no Bolsa Família em 2024

(Manoel Ventura)

O governo Lula avalia conceder um reajuste linear de 4% nos benefícios do Bolsa Família, a ser pago a partir de março de 2024. As discussões acontecem agora porque esse valor precisa constar na proposta de Orçamento de 2024, que será enviada pelo Planalto ao Congresso no dia 31 de agosto.

O reajuste teria um custo de R\$ 5,6 bilhões em 2024.

Hoje, o programa tem um orçamento de R\$ 168 bilhões.

O programa tem um benefício mínimo de R\$ 600, que sobe conforme a composição familiar.

O governo trabalha para chegar a 2024 com 20,7 milhões de famílias no Bolsa Família. Atualmente, cerca de 20,9 milhões de famílias fazem parte do programa.

Esses números variam porque há um fluxo de entrada e saída de beneficiários.

ABAIXO DA **INFLAÇÃO** Além disso, está sendo feito um pente-fino para verificar se todos os beneficiários cadastrados como famílias unipessoais moram, de fato, sozinhos.

Com a fixação de um piso de R\$ 600 para o programa social durante o governo Bolsonaro - na época chamado de Auxílio Brasil -, houve uma fragmentação das famílias.

Hoje, o benefício médio é de R\$ 683,22. A expectativa é que o reajuste, se confirmado, leve esse valor para R\$ 710,50. O acréscimo representa R\$ 560,98 milhões mensais a mais nos meses de março a dezembro de 2024.

Março é a data escolhida para um eventual reajuste porque foi quando, neste ano, o governo Lula relançou o programa.

O valor de 4% é para recompor, parcialmente, a **inflação** de 2023 -o mercado hoje projeta uma **inflação** de 4,8%.

Por enquanto, não há previsão de reajuste para a faixa

de renda de até R\$ 218 por pessoa, usada como linha de corte para definir se alguém tem ou não direito ao Bolsa Família.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Reforma tributária pode mudar imposto sobre heranças

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) é um tributo estadual que incide sobre a transferência de bens ou direitos por herança ou doação. Atualmente, cada estado tem autonomia para definir a alíquota do imposto, que varia de 2% a 8%, conforme o valor dos bens ou direitos transmitidos.

No entanto, uma proposta de **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional pretende alterar as regras do ITCMD, padronizando a alíquota em 8% para todo o país e criando uma tabela progressiva que pode chegar a 16% para valores acima de R\$ 8 milhões. Além disso, a proposta prevê a tributação de doações e heranças recebidas no exterior, que hoje são isentas.

A reforma do ITCMD faz parte da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/19, que trata da unificação de cinco **tributos** federais, estaduais e municipais em um único imposto sobre bens e serviços, chamado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A PEC foi aprovada pela Câmara dos Deputados em julho de 2023 e está em análise no Senado Federal.

Segundo o Dr. Nilo, advogado tributarista e sócio-diretor da Avvox, empresa de consultoria tributária, a reforma do ITCMD pode ter um impacto significativo na economia e na sociedade brasileiras. A proposta visa aumentar a arrecadação dos estados e reduzir as desigualdades sociais, mas também pode gerar efeitos colaterais negativos, como a fuga de capitais, a redução da poupança e do investimento, e o aumento da sonegação fiscal, afirma.

Para o especialista, é preciso avaliar com cuidado os prós e os contras da reforma do ITCMD, buscando um equilíbrio entre a justiça social e a eficiência econômica. O ideal seria que o imposto fosse cobrado de forma mais justa e progressiva, mas sem prejudicar o crescimento econômico e a geração de emprego e renda. Além disso, é importante que os recursos arrecadados sejam aplicados em políticas públicas que beneficiem efetivamente a população, conclui.

Website: <https://www.avvox.com.br/>

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/reforma-tributaria-pode-mudar-imposto-sobre-herancas,51ff9050813f4d4bb46fddf57cd0cf1cx1jk3ic5.html>

Haddad defende taxaço de fundos offshore

Correio Braziliense

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fez uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), no início da noite da última terça-feira (15), para, segundo o ministro, agradecer-lo por remeter à Câmara dos Deputados duas Medidas Provisórias que corriam o risco de caducar, consideradas fundamentais para que o governo aumente a arrecadação de **impostos** e consiga cumprir a meta de zerar o déficit fiscal no próximo ano.

Ambas as medidas foram publicadas em maio, em homenagem ao Dia do Trabalhador. A MP 1.172/2023 aumentou o salário mínimo para R\$ 1.320,00. A outra, MP 1.171/2023, elevou de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112,00 a faixa de isenção do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) a partir de 1º de maio de 2023. Esta MP traz, também, a taxaço do imposto de renda para os investimentos feitos em paraísos fiscais por residentes no Brasil, conhecidos como fundos offshore.

Após cumprimentar Pacheco pela aprovação das MPs no Senado, Haddad informou que ligaria para o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), na tentativa de "sensibilizar" os parlamentares quanto à importância da aprovação da matéria. Lira tem se colocado contrário à taxaço, por entender que poderá haver fuga de dinheiro do país.

Haddad explicou que a proposta foi incluída na matéria para com pensar a perda de receita provocada pela mudança na tabela de IR. "A tributação dos fundos em paraíso fiscal é a compensação pela atualização da tabela do imposto de renda. Toda vez que é atualizada a tabela do IR, tem uma renúncia fiscal e essa renúncia precisa, por lei, ser compensada", defendeu. Ele contou ainda que o modelo foi inspirado nas melhores práticas internacionais, a partir de países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Site: <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>

Digitalização vai facilitar novo imposto, defende TCU

A digitalização das ferramentas de gestão e de fiscalização tributária é uma estratégia fundamental para uma implementação bem-sucedida do Imposto Sobre o Valor Agregado (IVA), previsto na proposta de **reforma tributária** em tramitação no Senado. O diagnóstico é parte de um relatório recém-concluído pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que criou um grupo de trabalho para auxiliar governo e Congresso no desenho da reforma.

Com previsão de funcionamento até outubro deste ano, o grupo vai subsidiar o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da PEC, com informações e análises sobre a **reforma tributária**. Além de notas técnicas específicas, que serão encaminhadas ao senador respeitando um cronograma pré-estabelecido, os técnicos do TCU concluíram recentemente uma análise sobre o cenário de tributação sobre o consumo no país.

Além da integração da Nota Fiscal Eletrônica para todos os **tributos** que incidem sobre o consumo, o documento recomenda que todos os entes federados adotem o governo digital para o melhor funcionamento do IVA. "Esse imposto dependerá de compartilhamento contínuo de informações entre os fiscos municipais, estaduais e federal, não somente em relação à emissão das notas fiscais eletrônicas, mas também para permitir ao contribuinte a obtenção de informações tempestivas acerca do creditamento e ressarcimento nas operações", diz o relatório.

Segundo o TCU, a emissão de todas as notas em formato eletrônico é um dos primeiros passos para viabilizar a operacionalização do IVA, que demandará "cálculos precisos e tempestivos em cada etapa da cadeia produtiva para identificar os **impostos** já pagos, o local da transação, as alíquotas aplicadas a fim de possibilitar a repartição dos **impostos** entre os entes envolvidos".

O conjunto de recomendações também trata da necessidade de redução da quantidade alíquotas que pesam sobre o consumo. De acordo com o documento, a menor quantidade de alíquotas será fundamental para diminuir "a fragmentação setorial, as hipóteses de não creditamento e os regimes especiais de tributação, assim como promoção de tratamento isonômico entre os setores".

Levantamento feito pelo TCU apontou que as renúncias tributárias cresceram acima da arrecadação dos mesmos **impostos** nos últimos anos. No caso dos **impostos** federais, por exemplo, as renúncias de IPI, PIS/Pasep e Cofins estão crescendo em uma proporção de 32,37%, enquanto que a arrecadação dos mesmos avançou 14,54% no mesmo período.

"A falta de uma definição clara e uníssona no Brasil do que deve ser considerado renúncia tributária ou gasto tributário, ademais, dificulta a mensuração uniforme dos valores renunciados, redundando em complexidade para a quantificação do tax gap (diferença entre o que poderia ser arrecadado e o que de fato se arrecada em determinado sistema tributário) e gera divergências de qualificação", diz o relatório.

O tribunal também critica a falta de transparência sobre os valores e setores beneficiados com as isenções. Na avaliação do órgão de controle, também há falhas na avaliação do impacto econômico das renúncias, "especialmente em decorrência da falta de objetivos e metas dessas políticas públicas".

O Ministério da Fazenda avalia que o texto aprovado na Câmara conta com um número elevado de exceções e tem a expectativa de que o Senado enxugue o texto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187635>

Apostas esportivas vão ter regras no país

Gabriel Moraes

Medida provisória do Executivo federal tem 120 dias para ser validada pelo Congresso; entenda o que muda na atual legislação

O Brasil é o país em que visitas a sites de apostas esportivas mais cresceram no mundo no último ano: um aumento de 75%, segundo estudo publicado pela Similar Web -empresa de análise de dados de sites e aplicativos. Foram 3,2 bilhões de acessos em 2022, quase 25% de todo o planeta. O movimento provocou alerta em autoridades sobre passíveis fraudes e a necessidade de iniciativa do governo federal de criar regras de controle do jogo.

No último mês, o governo federal publicou a Medida Provisória (MP) 1.182/2023. Ela regulamenta as apostas esportivas no Brasil, mais conhecidas como bets, que viraram febre principalmente após a Copa do Mundo do Catar. No entanto, as regras precisam ser validadas pelo Congresso Nacional em até 120 dias para não perder a validade.

A imposição de controle sobre esse tipo de jogo se mostra necessária diante da manipulação de partidas escancarada pela operação Penalidade Máxima, realizada pelo Ministério Público de Goiás, que nos últimos meses levou sete atletas e sete apostadores a vararem réus na Justiça. O caso segue em investigação.

Historicamente, as apostas esportivas são vistas no Brasil como jogos de azar, como prevê a Lei Pelé (9.615/1998), que trata do desporto no país. Conforme o dispositivo, é proibido o jogo de azar no território nacional, com exceção de loterias federais, cassinos físicos regulamentados e jogos de bingo em certas condições. Diante disso, especialistas garantem ser necessária uma regulamentação específica para as bets, movimento que teve início em 2018, com o ex-presidente Michel **Temer**, e segue no governo Lula.

"Para os jogadores, a regulamentação traz segurança, honestidade e confiabilidade aos jogos e às apostas, bem como cria regras e políticas para a prática saudável do jogo. Para o país, a regulamentação é muito benéfica. A experiência internacional, por meio de estudos, mostra que uma boa legislação sobre jogos aumenta a arrecadação, gera desenvolvimento econômico e promove mais empregos", explicou Filipe Senna, advogado especialista na área de direito de jogos.

Para o também advogado Fabiano Jantalia, especialista em direito de jogos e financeiro, a regulamentação é necessária e benéfica. "Aqueles (empresas) que não se regulamentarem não poderão fazer publicidade na internet ou em clube e locais esportivos, por exemplo, nem receber dinheiro dos usuárias", explicou.

RANKING

Depois do Brasil, o Reino Unido foi onde os sites de apostas esportivas tiveram mais acessos em 2022, dentre os 193 países analisados, com 1,6 bilhão. Na sequência aparecem Nigéria (1,2 bi), Turquia (948 mi) e EUA (781 mi). O Ministério da Fazenda estima que o segmento movimente de R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões ao ano no país.

Fiscalização precisa ser efetiva

O que ainda não ficou claro é como o governo federal vai fiscalizar o setor de apostas esportivas para atender os moldes da lei. Para o advogado Fabiano Jantalia, esse ponto ainda é crítico. "Essas regras seguem um padrão mundial, e acho que elas vão nos pontos certos. Mas a grande questão, para mim, é se teremos fiscalização efetiva", ponderou.

Jantalia acredita ser importante que o governo crie uma agência ou uma autoridade nacional autônoma, independente e politicamente isolada para fazer a fiscalização. Na avaliação dele, as multas, que podem chegar a R\$ 2 bilhões, contribuem para inibir a ação de fraudadores.

EM MINAS

O Superior Tribunal de Justiça Desportiva puniu, na quarta-feira (9), nove jogadores de futebol que estavam envolvidos na operação Penalidade Máxima. Entre eles estão Dadá Belmonte, do América, e Vi-tor Mendes, do Atlético, que não vão poder jogar no Brasil por mais de um ano. As penas dos demais variam de 360 a 720 dias, além de multas que chegam a R\$ 70 mil. Os clubes não se manifestaram.

ANÁLISE

A arrecadação é importante para a economia do Brasil, diz especialista na área. "De maneira geral, acho que ela beneficia tanto as empresas quanto os apostadores e se tornará um setor mais atrativo.

Esses recursos são necessários porque o governo precisa financiar a fiscalização e as políticas públicas voltadas para isso. No direito brasileiro, as apostas esportivas eram um tipo de loteria. Para mim, parece muito justo que parte da tributação vá para o esporte", opinou Fabiano Jantalia, especialista em direito de jogos e financeiro.

Quem aposta prega responsabilidade para jogar

Atualmente, o Cuiabá é o único clube entre os 20 da Série A do Campeonato Brasileiro que não possui acordo comercial com casas de apostas, que, inclusive, anunciam em torneios. América, Atlético e Cruzeiro, por exemplo, têm empresas do ramo como patrocinadores master, o que chama atenção dos torcedores, que acabam fazendo apostas. As próprias plataformas pedem aos usuários que joguem com moderação e não gastem mais dinheiro do que podem, pois as apostas são um modo de recreação.

"As apostas esportivas devem ser feitas com responsabilidade. Nunca aposto mais do que posso perder e sempre estabeleço um orçamento para as minhas atividades de apostas. O objetivo é aproveitar o entretenimento e a diversão que as apostas proporcionam sem comprometer minha estabilidade financeira", afirma o mecânico Rodrigo Santos, de 32 anos, apostador há cerca de dois anos.

apoio. As casas de apostas, informalmente, defendem a regulamentação da modalidade, pois, assim, fica mais difícil burlar o jogo. Mas isso também é comemorado por seus clientes, que se sentem mais seguros atuando na legalidade, ainda mais quando se trata de dinheiro.

"Como apostamos o nosso dinheiro, esperamos que o jogo seja justo e que as empresas paguem os **impostos**, assim como as de outros departamentos. E se pagamos **impostos** ao comprar e ganhar dinheiro com outras coisas, é justo que paguemos em relação a isso também", opinou o biólogo Edilson Júnior, de 26 anos.

RELEMBRE

Operação Penalidade Máxima revelou, em fevereiro deste ano, um esquema ilegal de manipulação de jogos no país envolvendo jogadores e apostadores. As investigações, que se iniciaram no segundo semestre de 2022, mostraram que atletas combinavam ações, como cartões e faltas em jogos, para que apostadores ganhassem em suas apostas. Para isso, eles recebiam dinheiro.

Escândalo.

O primeiro grande caso da operação que veio à tona foi sobre o zagueiro Eduardo Bauermann, até então no Santos.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Gasolina e diesel sobem 16% e 28% respectivamente na Petrobras

Os preços dos combustíveis estão mais caros no Brasil. Desde a última quarta-feira (16), a Petrobras passou a cobrar os valores reajustados de R\$ 0,41 para a gasolina A e R\$ 0,78 para o diesel. O anúncio foi feito pela empresa na terça-feira (15). O acréscimo é de 16,3% na gasolina e 25,8% no diesel.

"Considerando a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol anidro para a composição da gasolina comercializada nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R\$ 2,14 a cada litro vendido na bomba", diz o **comunicado** da empresa.

A gasolina A, produzida pelas refinarias de petróleo e entregue diretamente às distribuidoras, passará a ser vendida por R\$ 2,93. De acordo com a Petrobras, mesmo com o reajuste, no ano o preço do produto distribuído acumula redução de R\$ 0,15 por litro.

DIESEL

No diesel, a Petrobras aumentou o preço médio de venda para as distribuidoras em R\$ 0,78, chegando a R\$ 3,80 por litro. O reajuste representa 26%. No ano, o preço de venda de diesel da Petrobras para as distribuidoras acumula redução de R\$ 0,69 por litro.

Levando em consideração a mistura obrigatória de 88% de diesel A - produzido nas refinarias - e 12% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor será, em média, R\$ 3,34 a cada litro.

A parcela da Petrobras no preço do combustível não é o valor final que o consumidor encontra nas bombas porque ainda entram no cálculo **impostos** e margens de lucro da distribuição e dos postos.

NOVA POLÍTICA DE PREÇOS

A Petrobras esclareceu que a nova política de preços da empresa "incorpora parâmetros que refletem as melhores condições de refino e logística da Petrobras na sua precificação".

Segundo a autarquia, "em um primeiro momento, isso permitiu que a empresa reduzisse seus preços de gasolina e diesel e, nas últimas semanas, mitigasse os efeitos da volatilidade e da alta abrupta dos preços

externos, propiciando período de estabilidade de preços aos seus clientes".

A companhia ressalta que, "no entanto, a consolidação dos preços de petróleo em outro patamar, e estando a Petrobras no limite da sua otimização operacional, incluindo a realização de importações complementares, torna necessário realizar ajustes de preços para ambos os combustíveis, dentro dos parâmetros da estratégia comercial, visando reequilíbrio com o mercado e com os valores marginais para a Petrobras. Na avaliação da empresa, a nova política de preços evita repassar aos consumidores a volatilidade conjuntural do mercado internacional e da taxa de câmbio, ao mesmo tempo em que preserva um "ambiente competitivo salutar nos termos da legislação vigente".

Site: https://cdn-digitalmaven.sflip.com.br/temp_site/issue-134dc5f5efd45599e9606f411bdd3627.pdf

Controle de preços é "um grave erro", diz Castelo Branco

JOSÉ FUCS

O ex-presidente da Petrobras Roberto Castelo Branco disse ao Estadão que a decisão da empresa de reajustar, numa tacada só, os preços do diesel e da gasolina mostra que o controle de preços dos combustíveis praticado pela atual gestão é "um grave erro" e "ruim em todos os aspectos". O litro do diesel foi reajustado em 25,8%, enquanto o da gasolina subiu 16,2%.

Segundo ele, além de desestimular as importações de diesel pela iniciativa privada, aumentando o risco de desabastecimento, e do impacto negativo sobre os consumidores e a inflação, o "represamento" dos reajustes prejudica a própria Petrobras e seus acionistas, ao afetar o fluxo de caixa da companhia.

A atual direção da Petrobras vinha sendo criticada por retardar o repasse de aumento de custos com a compra do petróleo para os preços no mercado nacional. Em maio, a empresa abandonou o antigo modelo de PPI (Preço de Paridade de Importação), que acompanhava a oscilação de valores internacionais.

"Quando você controla o preço do diesel e não importa o suficiente, e a Petrobras não importa o suficiente, o resultado esperado é esse mesmo: desabastecimento.

Não será um desabastecimento generalizado, para o qual seria necessário ficar muito tempo sem importar, mas vai faltar diesel em alguns lugares, como aparentemente aconteceu", disse o ex-presidente.

Para ele, ficar segurando os reajustes e depois anunciar um aumento pesado de uma só vez é pior do que atualizar os preços de forma gradual.

"Para o consumidor, acordar com um megarreajuste do combustível que ele usa todos os dias não é bom. Tem um impacto direto na inflação e gera um efeito cascata, afetando outros preços da economia."

Em alta

25,8% foi o percentual de reajuste para os preços do diesel nas refinarias anunciado pela Petrobras na terça-feira

16,2% foi quanto subiu o preço da gasolina com o aumento anunciado pela estatal também no início da semana

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ativos brasileiros sofrem com alta dos juros longos nos EUA

O índice Ibovespa registrou a pior sequência de quedas consecutivas desde 1970, estabelecendo um novo recorde. No entanto, é importante observar que essas quedas têm sido relativamente pequenas, situando-se em torno de 0,50% por dia. Estão longe das quedas mais acentuadas que caracterizaram grandes crises anteriores que chegavam a acumular perdas de mais de 20%.

O dólar se valorizou em relação ao real e voltou para a casa dos R\$ 5. Esse movimento recente levou a uma valorização de 5% da moeda americana em relação à brasileira ao longo do mês.

As taxas de juros de prazo mais longo atingiram 11%, refletindo um cenário de aversão ao risco e um movimento de venda dos ativos do "Kit Brasil" (real, Bolsa e juros). Esse movimento é caracterizado pela queda da Bolsa, pela desvalorização da moeda brasileira e pelo aumento de juros de longo prazo.

Parte desse cenário é influenciada pelo atraso na votação das medidas fiscais em discussão no Congresso. No entanto, é importante ressaltar que parte significativa da explicação reside no contexto internacional. Moedas emergentes têm enfrentado desvalorizações em relação ao dólar, não apenas o real brasileiro. O peso chileno, por exemplo, caiu mais de 5% nos últimos 30 dias, e outras moedas como o rand sul-africano, o won coreano e o peso filipino também estão se desvalorizando.

O fortalecimento do dólar reflete uma demanda global pela moeda americana, influenciada por indicadores econômicos robustos dos Estados Unidos.

A produção industrial nos EUA registrou um aumento de 1% em julho, superando as expectativas. Além disso, o setor varejista também apresentou um crescimento significativo de 0,7% no mesmo mês.

Há especulações sobre um possível crescimento de 5% no **PIB** americano no terceiro trimestre, embora isso ainda esteja sujeito a incertezas. As políticas de redução do balanço do Federal Reserve (Fed) em quase US\$ 1 trilhão também têm impacto nas taxas de juros de longo prazo. Ao retirar-se do mercado de títulos de longo prazo, o Fed provoca uma pressão que eleva as taxas de juros.

O déficit primário dos Estados Unidos, projetado para ultrapassar US\$ 2 trilhões este ano, também contribui para esse cenário de pressão sobre as taxas.

A ata recente do Federal Open Market Committee (FOMC) também trouxe uma postura mais rígida por parte dos diretores do Fed, sem afirmar explicitamente o término do ciclo de elevação das taxas de juros.

Isso adiciona uma dose de incerteza ao mercado, que está dividido quanto à possibilidade de mais uma alta nas taxas na próxima reunião em setembro.

Os juros de dez anos nos EUA foram para as máximas desde 2008, tocando os 4,30%. As Bolsas sofrem uma correção de 5% por lá, e os juros de hipotecas e de títulos públicos de 30 anos também estão em máximas de uma década.

A situação dos ativos brasileiros é impactada por esses fatores internacionais, resultando em queda da Bolsa, desvalorização do real e aumento das taxas de juros de longo prazo. A China também continua a ser uma preocupação, com sinais de desaceleração econômica, notícias negativas no setor imobiliário e questões relacionadas a dívidas públicas e privadas.

No Brasil, o Índice Geral de Preços da FGV (IGP-10) registrou mais uma deflação de 0,13% e começa já a captar o impacto da desvalorização do real nos preços internos. Há uma virada nos preços de commodities em reais, como o da soja, que subiu quase 6% na última medição do IGP.

A tendência é que a moeda brasileira se valorize no médio prazo à medida que as tensões internacionais se acalmem, mas, por ora, o efeito deflacionário da apreciação da moeda brasileira e a queda de preços de commodities estão passando.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Meta para corte da Selic é elevada

Brasília - A barra estabelecida pelo Banco Central para fazer algo diferente de cortes de 0,50 ponto percentual na taxa Selic à frente é alta, disse ontem o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto.

Em entrevista ao site Poder360, Campos Neto afirmou que não houve uma divisão nova entre diretores do BC na reunião deste mês do Comitê de Política Monetária (Copom).

"Na verdade, esse Copom carregou uma divisão que tinha no Copom anterior", disse.

Segundo ele, a reunião de junho do colegiado marcou uma separação entre um grupo que defendia que o BC deixasse a porta aberta para o primeiro corte na Selic em agosto e outro grupo que queria a porta fechada.

Desde então, houve uma melhora de cenário, com manutenção da meta de **inflação** em 3% em 2026, dinâmica um pouco melhor da **inflação** corrente e redução nas expectativas para os preços à frente, disse.

De acordo com Campos Neto, a divisão permaneceu em agosto, mas adaptada ao novo cenário. Enquanto o grupo "da porta aberta" propôs uma redução de 0,50 ponto na Selic, os outros diretores defenderam um corte de 0,25 ponto.

Ele ressaltou que o BC monitora expectativas de **inflação**, hiato do produto e **inflação** corrente como fatores decisivos para uma eventual mudança de percepção sobre o ciclo monetário.

Neste mês, o Copom decidiu cortar a Selic em 0,50 ponto percentual, a 13,25% ao ano, por cinco votos a quatro, indicando que fará novos cortes na mesma magnitude nos próximos meses.

Na entrevista, Campos Neto voltou a afirmar que estabilidade fiscal e monetária andam juntas e que um cenário de contas públicas sob controle facilita o trabalho do Banco Central.

Segundo ele, apesar de o crescimento do Brasil ter surpreendido para cima, a arrecadação tem vindo abaixo do esperado em alguns casos.

Na avaliação do presidente do BC, o governo não precisa alcançar exatamente um déficit primário zero em 2024, mas os agentes econômicos estão observando o caminho para o equilíbrio das contas.

Ele citou dúvidas ainda presentes em relação à capacidade do governo de aprovar medidas fiscais e a chance de gerarem uma arrecadação eficiente.

Cartão - Após chegar a dizer há alguns dias que negociações em curso caminhavam para que o rotativo do cartão de crédito seja extinto e haja uma tarifa para desincentivar o parcelado sem juros, Campos Neto manteve tom cauteloso nesta quinta, dizendo que nada será feito de forma abrupta e evitando apresentar uma solução.

Ao afirmar que a decisão sobre o tema não está tomada e que o debate será feito no Conselho Monetário Nacional, onde o BC tem apenas um dos três votos, ele acrescentou que a definição passará por questões técnicas e políticas.

O presidente do BC ainda afirmou que críticas do governo à autarquia fazem parte do processo e que não pensou em deixar o cargo, ressaltando estar aberto para conversar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outros membros do governo.

Ele destacou que nunca cogitou entrar para a política partidária e que deve seguir para o setor privado após o fim de seu mandato no BC.

Em relação ao cenário internacional, o presidente do BC disse que o desempenho econômico da China é muito importante para o Brasil. Segundo ele, há uma percepção de que o governo chinês pode estar caminhando para conviver com um nível mais baixo de crescimento no país. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Ibovespa registra a 13^o queda consecutiva

São Paulo - O Ibovespa chegou a 13 pregões seguidos de queda ontem, pressionado pelo recuo de ações do setor financeiro, entre elas B3, que ofuscou a recuperação dos papéis da Vale, frustrando mais uma vez tentativa ensaiada no começo da sessão de quebrar a sequência negativa de agosto.

Não há registro de uma série tão longa de quedas desde pelo menos o começo da década de 1980.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa fechou em queda de 0,53%, a 114.982,3 pontos. Na máxima, pela manhã, chegou a subir a 116.610,49 pontos. No pior momento, recuou a 114.859,21 pontos.

O volume financeiro ontem, véspera de vencimento de opções sobre ações na B3, somou R\$ 27,3 bilhões.

A queda em agosto alcança agora 5,7% e vem após o Ibovespa acumular alta de quase 20% em quatro meses até o final de julho, mês em que também flertou com os 123 mil pontos. Também segue a saída de estrangeiros da bolsa, com as vendas superando as compras em quase R\$ 7,4 bilhões no mês até o dia 14.

A piora no pregão brasileiro acompanhou o enfraquecimento de Wall Street, conforme agentes financeiros permanecem receosos sobre o risco de o Federal Reserve manter as taxas de juros elevadas por mais tempo. Em Nova York, o S P 500 fechou com um decréscimo de 0,77%.

Na visão do CEO da BGC Liquidez, Erminio Lucci, houve uma reprecificação de risco envolvendo a política monetária nos Estados Unidos, que está apoiando a alta principalmente na parte longa da curva de juros norte-americana, pesando em Wall Street e ajudando a atrapalhar uma recuperação do Ibovespa.

Os rendimentos dos títulos de 10 anos do Tesouro dos EUA atingiram seus níveis mais altos desde outubro e os rendimentos de 30 anos alcançaram máximas de 12 anos ontem.

Os yields do Treasury de 10 anos chegaram a 4,328%, antes de cair para 4,292%. Um movimento acima do nível de 4,338% registrado em outubro levaria os rendimentos ao nível mais alto desde novembro de 2007. Os chamados rendimentos reais, que se ajustam à **inflação** esperada, também dispararam.

Investidores têm ajustado suas expectativas em relação aos juros norte-americanos para embutir o risco de o Federal Reserve não reduzir a taxa no próximo ano tanto quanto o esperado anteriormente e parar de cortar em um nível mais alto.

Lucci acrescenta que os últimos dados têm mostrado resiliência da economia dos EUA, enquanto sinalizações recentes do BC norte-americano mostram ausência de consenso sobre parar de subir os juros. "Existe uma discussão interna no Fed de que poderia haver mais aumentos de juros antes de uma pausa."

Além do cenário externo, o CEO da BGC também destaca que o atraso na apreciação da nova regra fiscal pela Câmara dos Deputados, gerou desconforto, corroborando o movimento de realização de lucros na bolsa paulista.

O novo marco fiscal há havia sido analisado pelos deputados, mas o texto sofreu alterações na votação pelo Senado e agora volta à Câmara para uma decisão final.

Ontem, o relator do novo arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado, disse que a definição da data para a votação da matéria na Casa dependerá de reunião na residência do presidente da Câmara, Arthur Lira, na próxima segunda-feira entre líderes partidários e representantes do governo federal.

Destaques - B3 ON recuou 2,75%, a R\$ 13,43, tendo no radar relatório de analistas do Santander cortando a recomendação das ações para "neutra" e previsão de volume para 2023, embora tenham elevado as estimativas para 2024. Também estabeleceram preço-alvo de R\$ 17 para o final de 2024, de R\$ 15 para o fim de este ano, conforme relatório a clientes.

Itaú Unibanco PN caiu 1,18%, a R\$ 26,75, e Bradesco PN perdeu 1,05%, a R\$ 15,09, enquanto Banco do Brasil ON subiu 0,93%, a R\$ 47,6. BTG Pactual UNIT perdeu 2,7%, a R\$ 30,25. O índice do setor financeiro, que ainda tem BB Seguridade e Cielo, entre outros, cedeu 1,29%.

Vale ON avançou 1,41%, a R\$ 61,91, após fechar na véspera no menor patamar desde setembro de 2022, vindo de sete sessões de queda, período em que acumulou um declínio de mais de 7%. De pano de fundo, o contrato futuro do minério de ferro mais negociado na Dalian Commodity Exchange (DCE), na China, encerrou as negociações do dia em alta de

4,34%, para 768,5 iuanes (US\$ 105,15) a tonelada, máxima desde julho.

Petrobras PN terminou com variação negativa de 0,32%, a R\$ 31,44, após renovar máxima intradia histórica intradia no melhor momento, quando alcançou R\$ 32,19, beneficiada pela alta do petróleo no exterior. Nesta semana, a companhia aumentou os preços dos combustíveis no país e seu presidente afirmou que a empresa não repetirá erros do passado relacionados a preços de combustíveis e contratações de obras.

Via ON caiu 6,15%, a R\$ 1,68, devolvendo parte dos ganhos da véspera, enquanto Magazine Luiza ON cedeu 5,05%, a R\$ 2,82. (Reuters)

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

Pobres levariam 180 anos pra ser classe média

Daniele Madureira

Estudo analisa atuais condições de renda, educação, trabalho e saúde de diversos países

Adalberto Gonçalves Lira Júnior, de 36 anos, já viveu em situação de rua em São Paulo (SP) e atualmente fatura cerca de R\$ 20 mil por mês com o negócio que ele e a mulher, Joyce, de 34, mantêm. Os empreendedores têm dez carrinhas que vendem cachorro-quente, pipoca, açaí, milho e churros em vias públicas. Para os padrões socioeconômicos brasileiros, ele saiu da classe E para a A.

O exemplo, no entanto, é um caso raríssimo na pirâmide social brasileira. O brasileiro que está entre os 10% mais pobres da população, como era o caso de Júnior, levaria nove gerações - o equivalente a 180 anos - para atingir a classe média, considerando as atuais condições de renda, educação, trabalho e saúde. A conclusão é do estudo "Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social", realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A pesquisa analisa a quantidade de gerações que a população mais pobre de 24 países da OCDE necessita para chegar à classe média. O resultado aponta desde duas gerações na Dinamarca até sete na Hungria. A média entre todos os países é de 4,5 gerações.

CRÍTICA

O que se vê no Brasil é um Estado que promove a desigualdade, segundo a economista Carla Beni. "A função do Estado é reduzir a desigualdade de oportunidades", critica a especialista.

Entre os emergentes, só a Colômbia é pior

A pesquisa da OCDE também analisou o tempo que seria gasto pelos 10% mais pobres de países emergentes para atingir a classe média. O Brasil, onde a espera seria de nove gerações, só perde para a Colômbia, com 11 gerações.

Fazem parte da organização nações que possuem elevado Produto Interno Bruto (**PIB**) per capita e bons indicadores de desenvolvimento humano. A Colômbia

passou a integrar a entidade em 2020, enquanto a adesão do Brasil na OCDE ainda está em fase de análise.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Sefaz realiza operação de combate à sonegação fiscal

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) desenvolveu na quinta-feira (17), com o apoio da Companhia de Polícia Fazendária da Polícia Militar, uma operação especial de fiscalização junto a estabelecimentos comerciais dos segmentos atacadista e de varejo no município de Nossa Senhora da Glória, no alto sertão sergipano, para coibir práticas lesivas ao comércio no interior do estado através da sonegação fiscal. Com a operação, a Sefaz preserva os bons contribuintes que atuam no mercado, em conformidade com a **legislação tributária**.

A "Operação Fisco Presente" teve como objetivo o cumprimento de diligências em um grupo de 58 empresas atacadistas ou que atuam no comércio varejista do município. A execução das diligências foi fundamentada nos levantamentos de análise fiscal, que revelaram nessas empresas índices incompatíveis com suas atividades comerciais, sendo essas selecionadas segundo critérios de avaliação estabelecidos pela Gerência de Planejamento Fiscal.

De acordo com a gerente geral de Ações de Trânsito da Sefaz, a auditora fiscal tributária Roberta Adriana Silva de Argôlo, nas diligências foram verificados os equipamentos P.O.S. (maquinetas das operadoras de cartão de crédito/débito) em uso nos estabelecimentos comerciais, realizada a checagem de quaisquer itens existentes no estoque para averiguação de procedência e conformidade fiscal e o registro de empresas que, por ventura, não sejam localizadas ou que já encerraram suas atividades comerciais sem a devida comunicação ao Fisco.

"Com o suporte do cruzamento de informações sobre os estabelecimentos, foram definidos como alvos da ação fiscal empresas com baixa movimentação de vendas, empresas com baixo recolhimento de ICMS e empresas com saídas (vendas) incompatíveis. Essas informações são indícios de irregularidades fiscais, que precisam ser averiguadas. Essas operações mostram que o Fisco estadual está presente para garantir a concorrência leal no comércio sergipano", explicou a auditora Roberta Argôlo.

Site: <http://digital.maven.com.br/pub/correiodesergipe/>